

# A desigualdade de renda começa a mudar?

Marcelo Neri

Chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e da EPGE/FGV  
mneri@fgv.br

A desigualdade de renda brasileira está entre as três maiores do mundo, e tem se mantido estável ao longo das décadas. A PNAD/IBGE permite o monitoramento anual da situação social brasileira. Dividimos aqui a população brasileira em três grupos de renda: o décimo mais rico que se apropria de quase metade da renda *per capita* (mais precisamente, 45,7%); a metade mais pobre que se apropria de pouco mais de um décimo da renda nacional (13,5%); e os 40% intermediários cuja parcela na população e na renda praticamente coincide (40,8%). A renda individual do grupo mais rico é 16 vezes daquela observada no grupo mais pobre no Brasil.

Se olharmos as flutuações econômicas dos últimos 15 anos, segundo uma perspectiva distributiva, verificamos que o período de lua-de-mel com a estabilidade (1994-1996) e o de crises externas (1997-2001) apresentam, tanto para o bem como para o mal, mudanças distributivas relativamente pouco pronunciadas. Já no último período (2001-2003) observamos um movimento de redução da desigualdade. Por exemplo, a parcela dos 10% mais ricos cai de 47,3% para 45,7% no espaço de dois anos, dado inédito na história social brasileira dos últimos 15 anos. Será que a desigualdade inercial brasileira começa a dar sinais de mudança, como um transatlântico começando a mudar sua rota?

No período de transição para a estabilidade, ao contrário do que se tem enfatizado, o efeito redutor de desigualdade do Real foi relativamente pequeno. A linha de pesquisa que originou o Real e os planos de estabilização que o antecederam buscavam reduzir a inflação mantendo, mais ou menos constante, o *status quo* da distribuição de renda.

A fase da URV, uma espécie de noivado com a nova moeda, pretendia justamente isso. O Real foi concebido — e bem-sucedido — no combate à inflação. O grande ganho de bem-estar social provocado pela estabilização não foi a queda da desigualdade, mas — como o próprio nome sugere — o aumento da estabilidade da renda dos indivíduos. Essa redução de incerteza levou a efeitos

ilusórios de redução de disparidades de renda, mas melhorou as condições para a aplicação de políticas sociais.

Por outro lado, a análise da distribuição de renda no período de crises externas (1996-2001) é muito heterogênea no Brasil, dependendo do que, de quem e de onde se olha. Se somente for observada a renda do trabalho nas grandes metrópoles, haverá uma idéia de que a crise é mais séria. Se forem analisadas todas as fontes de renda e áreas geográficas, nos aproximando de um conceito mais abrangente de bem-estar, a crise se apresenta mais branda.

**Crise Metropolitana** — No período 1992 a 2003 observamos queda sistemática da miséria nacional de 35,87 para 27,26,<sup>1</sup> uma queda acumulada de 24%. Essa queda é observada mesmo durante os períodos de crise externa e ajustes posteriores, de 1996 a 2003 ela cai 9% e 17% no período 1992 a 1996. A miséria metropolitana, após o período de lua-de-mel com o Plano Real, tem aumentado desde 1995. A miséria rural cai sistematicamente em todos os anos da série, inclusive em períodos de seca do Nordeste como 1998 e 2001. A miséria urbana, por sua vez, apresenta uma trajetória temporal similar àquela observada em nível nacional.

Se olharmos para intervalos mais longos a miséria na área metropolitana no período 1992 a 2003 apresenta um decréscimo de 12%. O menor entre todos os tamanhos de cidade. Função da maior redução de miséria no período 1992 a 1996 (23%), já que a miséria subiu 15% após 1996.

As áreas rurais foram as menos beneficiadas na conjuntura expansiva 1992 a 1996 caindo 11%. Já no período posterior (1996-2003) as áreas rurais apresentam o melhor desempenho entre todos os tipos de regiões, caindo 10%.

A miséria urbana, por sua vez, apresenta uma trajetória similar àquela observada em nível nacional, sendo a mais estável entre todos os períodos de análise. No cômputo geral, fruto da expansão das cidades médias, a miséria urbana cai cerca de 22% durante o período 1992 a 2003.

**Cenários** — Tomemos agora a medida de desigualdade mais usual

Cenários sobre a miséria

	Renda domiciliar <i>per capita</i>	Miseráveis (%)	Varição (%)
Brasil 2003	379,78	27,26	
Efeito crescimento*			
3%	391,17	26,56	-2,60
12%	425,35	24,16	-11,39
Efeito desigualdade (R) <sup>**</sup>	379,78	25,51	-6,42
Com crescimento*			
3%	391,17	24,92	-8,61
12%	425,35	22,67	-16,86
Efeito desigualdade (R) <sup>***</sup>	379,78	20,98	-23,04
Com crescimento*			
3%	391,17	26,56	-2,60
12%	425,35	24,16	-11,39

Fonte: CPS/IBRE/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE.  
\*Crescimento da renda *per capita*. \*\*Trocamos a desigualdade do Brasil pela desigualdade do Rio de Janeiro no ano 2001 (Gini cai de 0,585 para 0,574). \*\*\*Trocamos a desigualdade do Brasil pela desigualdade do Rio do Rio Grande do Sul (Gini cai de 0,585 para 0,535).

entre os analistas: o índice de Gini, que varia entre 0 e 1. Quanto maior o resultado, mais desigual é a sociedade. Numa situação utópica, onde a renda de todos fosse exatamente igual, o índice de Gini seria zero. No extremo oposto, se um único indivíduo concentrasse toda a renda da sociedade, ou seja, todos os demais teriam renda zero, o índice de Gini seria um. Para entender a inaceitável extensão do 0,585 correspondente ao nosso Gini, não precisa ser gênio: estamos mais próximos da perfeita iniquidade do que da perfeita igualdade.

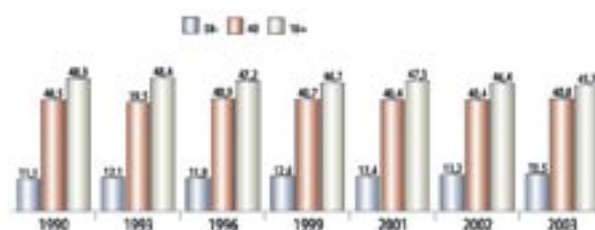
Se, por um lado, a alta desigualdade é a nossa principal chaga, esta mesma desigualdade abre espaço para implementação de um espectro mais amplo de ações contra a miséria. Alta desigualdade significa que a pobreza pode ser reduzida através de redistribuição de renda ou de ativos geradores de renda. Por exemplo, na Índia, país muito pobre mas razoavelmente igualitário (Gini de 0,29), não existe solução para a erradicação da miséria que não seja o crescimento. No caso brasileiro políticas contra a desigualdade constituem importante aliado no combate à pobreza.

A proporção de miseráveis no Brasil (indivíduos que vivem com menos de R\$ 108 por mês a preços da Grande São Paulo em outubro de 2003, quantia necessária para suprir as suas necessidades alimentares básicas) cairá dos 27,26% de 2003 para 26,56% em 2004, uma queda de 2,6%, se a renda *per capita* nacional crescer 3% ao ano entre 2003 e 2004 o que corresponde ao ritmo de crescimento atual do PIB em torno de 4,5% e 5% ao ano. Se o crescimento de 3% ao ano se mantivesse por quatro anos consecutivos a miséria cairia para 24,16%, uma queda de 11,39%. Isso significa que milhões de brasileiros atravessarão a linha da miséria neste ano, se o país transformar a sua atual trajetória de expansão num processo de crescimento sustentado que não se vê no país desde a época do chamado milagre econômico. Mas o verdadeiro milagre social aconteceria se todo esse crescimento viesse de mãos dadas com alguma redução da desigualdade.

Se a expansão econômica acumulada de 12% fosse combinada com uma queda de 0,011 ponto de percentagem do índice de Gini (de 0,585 para 0,574) que corresponde *grossomodo* à queda observada entre 2001 e 2003, a indigência brasileira cairia cerca de 16,86%. A proporção de indigentes passaria para 22,67%. Ou seja, os 47,4 milhões de pobres iniciais se reduziriam em 8 milhões. Vale assinalar que a queda mencionada apenas levaria a desigualdade brasileira medida pelo índice de Gini de 0,585 para os níveis de 0,574 encontrado no estado do Rio de Janeiro.

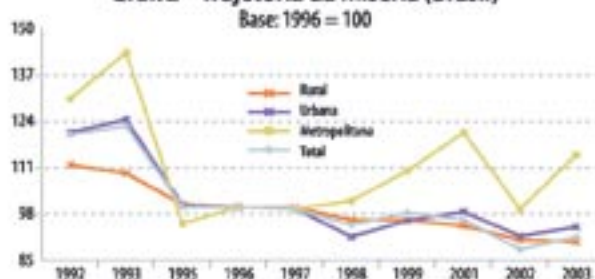
Na verdade, a pobreza poderia ainda recuar substantivamente mesmo se o país deixasse de crescer. A redução do Gini, apontada acima, sozinha diminuiria a proporção de indigentes em 6,42% percentuais contra 11,39 pontos daquela obtida no cenário de crescimento puro mencionado antes. Podemos pensar em cenários de redução de desigualdade mais auspiciosos como a convergência da desigualdade brasileira para o nível observado no Rio Grande

Gráf. 1 – Distribuição de renda (%)



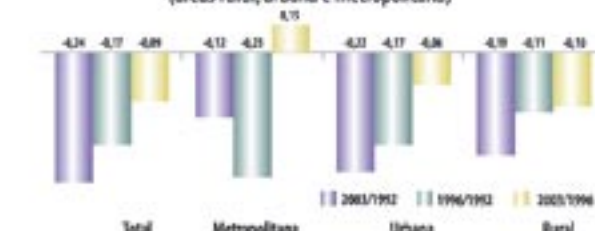
Fonte: CPS/IBRE/FGV processando as microdadas da PNAD/IBGE.

Gráf. 2 – Trajetória da miséria (Brasil)



Fonte: CPS/IBRE/FGV processando as microdadas da PNAD/IBGE.

Gráf. 3 – Taxa de redução da miséria em grandes períodos (áreas rural, urbana e metropolitana)



Fonte: CPS/IBRE/FGV processando as microdadas da PNAD/IBGE.

do Sul. Neste caso, mesmo sem crescimento, a miséria cairia de 27,26% para 20,98%, uma queda de 23,04%. Agora se esta mudança em direção à equidade fosse acompanhada de crescimento acumulado de 12% nos próximos quatro anos, ela cairia para 17,61%, uma queda de 35,42% em face do resultado observado em 2003.

A causa fundamental da miséria brasileira é a má distribuição de renda e aí reside a sua solução. Reduzir a desigualdade num contexto de *boom* econômico como agora se apresenta, parece mais factível do que em épocas recessivas quando perdas estão sendo repartidas. A adoção de metas sociais ajudaria no combate à miséria. Neste caso é fundamental o monitoramento freqüente, de forma a auferir o cumprimento dos compromissos sociais firmados com organismos internacionais e a sociedade brasileira. ▀

<sup>1</sup>Esse número é obtido a partir de uma linha de miséria correspondente a R\$ 108,00 mensais, com base numa cesta de alimentos que garante o consumo diário de 2.288 calorias, nível recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Trata-se do primeiro estudo sobre a miséria brasileira utilizando a recém-lançada Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad-2003), do IBGE.